



1. Nas disposições preliminares do Estatuto da Criança e do Adolescente, constam as regras relacionadas ao conceito de criança e adolescente e abrangência da Lei, assim como os princípios relacionados à proteção integral e prioridade absoluta instituídas para crianças e adolescentes. Indique os artigos que contêm tais disposições:
  - a) Artigos 2º, 3º, 4º, 5º e 6º da Lei nº 8.069/1990.
  - b) Artigos 1º, 2º, 4º e 6º da Lei nº 8.069/1990.
  - c) Artigos 1º, 2º, 3º, 4º, 5º e 6º da Lei nº 8.069/1990.
  - d) Artigos 1º, 2º e 5º da Lei nº 8.069/1990.
  - e) Artigos 2º, 4º e 6º da Lei nº 8.069/1990.
2. O Estatuto da Criança e do Adolescente conceitua, de forma objetiva, quem é considerado criança e quem é considerado adolescente para aplicação das disposições contidas no ECA. Assinale a alternativa que corresponde às idades segundo o art. 2º da Lei 8.069/1990:
  - a) Considera-se criança a pessoa até onze anos de idade completos e adolescente aquela entre doze e dezessete anos de idade.
  - b) Considera-se criança a pessoa até doze anos de idade incompletos e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.
  - c) Considera-se criança a pessoa até doze anos de idade e adolescente aquela até dezoito anos de idade.
  - d) Considera-se criança a pessoa até doze anos de idade completos e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.
  - e) Considera-se criança a pessoa entre zero e onze anos de idade e adolescente aquela entre doze e dezessete anos.
3. O art. 132 da Lei nº 8.069/1990, alterado pela Lei nº 13.824/2019, estabelece que:
  - a) Cada Conselho Tutelar será composto por 05 membros, para cumprirem mandato de 04 anos, permitida a recondução por novos processos de escolha.
  - b) Cada Conselho Tutelar será composto por 06 membros, para cumprirem mandato de 04 anos, permitida uma recondução por novos processos de escolha.
  - c) Cada Conselho Tutelar será composto por 05 membros, para cumprirem mandato de 05 anos, permitida uma recondução por novos processos de escolha.
  - d) Cada Conselho Tutelar será composto por 06 membros, para cumprirem mandato de 08 anos, não permitida a recondução por novos processos de escolha.
  - e) Cada Conselho Tutelar será composto por 05 membros, para cumprirem mandato de 06 anos, não permitida a recondução por novos processos de escolha.
4. O Marco Legal da Primeira Infância, Lei nº 13.257/2016, estabelece princípios e diretrizes para a formulação e a implementação de políticas públicas voltadas a meninas e meninos neste país. Entre as alternativas a seguir, escolha a que registra a faixa etária descrita no texto da lei:
  - a) Considera-se primeira infância o período que abrange os primeiros 7 (sete) anos incompletos ou 84 (oitenta e quatro) meses de vida da criança.
  - b) Considera-se primeira infância o período que abrange os primeiros 7 (sete) anos completos ou 84 (oitenta e quatro) meses de vida da criança.
  - c) Considera-se primeira infância o período que abrange os primeiros 6 (seis) anos incompletos ou 72 (setenta e dois) meses de vida da criança.
  - d) Considera-se primeira infância o período que abrange os primeiros 6 (seis) anos completos ou 72 (setenta e dois) meses de vida da criança.
  - e) Considera-se primeira infância o período que abrange até os 6 (seis) ou 7 (sete) anos incompletos ou 78 (setenta e oito) meses de vida da criança.
5. O art. 227 da Constituição Federal de 1988 definiu a garantia dos direitos de crianças e adolescentes como dever da família, da sociedade e do Estado. Esse conteúdo está reproduzido em um dos artigos do Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a alternativa com a opção correta:
  - a) Artigo 2º da Lei nº 8.069/1990.
  - b) Artigo 3º da Lei nº 8.069/1990.
  - c) Artigo 4º da Lei nº 8.069/1990.
  - d) Artigo 5º da Lei nº 8.069/1990.
  - e) Artigo 1º da Lei nº 8.069/1990.
6. A Lei nº 13.257/2016 estabeleceu a seguinte redação para o art. 11 do ECA: “É assegurado acesso integral às linhas de cuidado voltadas à saúde da criança e do adolescente, por intermédio do Sistema Único de Saúde, observado o princípio da equidade no acesso a ações e serviços para promoção, proteção e recuperação da saúde”. Considerando o exposto, assinale a alternativa que corresponde ao que a lei propõe:
  - I. Crianças e adolescentes com deficiência serão atendidos, sem discriminação ou segregação, em suas necessidades gerais de saúde e específicas de habilitação e reabilitação.
  - II. Será ofertada formação específica e permanente a profissionais que atuam no cuidado diário ou frequente de crianças na primeira infância, para detecção de sinais de risco ao desenvolvimento psíquico.
  - III. A criança com necessidade de cuidados odontológicos especiais será condicionada à disponibilidade de recursos para ser atendida pelo Sistema Único de Saúde.

- IV. As pessoas que necessitarem de medicamentos, órteses, próteses e outras tecnologias assistivas relativas ao tratamento, habilitação ou reabilitação para crianças e adolescentes deverão recorrer a empresas fornecedoras para atendimento das suas necessidades específicas
- Somente II e III estão corretas.
  - Somente I e II estão corretas.
  - Somente III e IV estão corretas.
  - Somente I e III estão corretas.
  - Somente II e IV estão corretas.
7. O Conselho Tutelar tem atribuições devidamente expressas no art. 136 do Estatuto da Criança e do Adolescente. Assinale a alternativa que apresenta duas dessas atribuições:
- Providenciar a medida estabelecida pela autoridade judiciária, entre as previstas no art. 101, de I a VI, para o adolescente autor de ato infracional.
  - Emitir certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente sempre que necessário.
  - Assessorar o Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente.
  - Promover e organizar, no território de competência, ações de caráter político que viabilizem a eleição de candidatos comprometidos com a defesa dos direitos de crianças e adolescentes.
- Somente III e IV estão corretas.
  - Somente I e II estão corretas.
  - Somente II e IV estão corretas.
  - Somente II e III estão corretas
  - Somente I e III estão corretas.
8. O direito à convivência familiar e comunitária está afirmado no art. 19, da Lei nº 8.069/1990. Visando garantir tal direito, a legislação estabelece que a permanência de crianças e adolescentes em programa de acolhimento familiar ou institucional está condicionada a:
- Avaliação a cada 06 meses, não podendo permanecer por mais de 12 meses.
  - Avaliação a cada 06 meses, não podendo permanecer por mais de 06 meses.
  - Avaliação a cada 03 meses, não podendo permanecer por mais de 06 meses.
  - Avaliação a cada 03 meses, não podendo permanecer por mais de 18 meses.
  - Avaliação a cada 03 meses, não podendo permanecer por mais de 12 meses.
9. De acordo com o parágrafo único do art. 2º da Lei nº 8.069/1990, “Nos casos expressos em lei, aplica-se, excepcionalmente, este Estatuto às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade”. Identifique, nas opções abaixo qual é essa situação:
- Em casos de violência sexual, quando será considerada a idade da vítima adolescente para casos de prescrição da violência.
  - Em casos de aplicação de medidas socioeducativas, quando considerada a idade do adolescente na data do ato infracional.
  - Em caso de destituição do poder familiar, quando será considerada a idade de 18 a 21 anos para a decisão.
  - Em caso de emancipação, quando será considerada a decisão judicial para tal ato.
  - Em casos de adolescente grávida, para obter autorização de registro da criança que vai nascer.
10. A pandemia de covid-19 provocou um debate importante sobre a vacinação de crianças. O que a Lei nº 8.069/1990 estabelece sobre esse tema?
- A definição de como serão realizadas as notificações compulsórias de vacinação para todas as crianças cabe ao Programa Nacional de Imunizações. (Art. 14 - § 1º)
  - Cabe à família a decisão sobre a imunização das suas crianças, sem nenhuma intervenção das autoridades sanitárias. (Art. 14 - § 1º)
  - É obrigatória a vacinação das crianças nos casos recomendados pelas autoridades sanitárias. (Artigo 14 - § 1º)
  - A vacinação de crianças tem caráter espontâneo de decisão das famílias, mesmo nos casos de crises sanitárias. (Art. 14 - § 1º)
  - O Sistema Único de Saúde promoverá a vacinação de crianças de forma transversal, integral e intersetorial somente nos casos de crises sanitárias. (Art. 14 - § 1º)
11. Assinale a alternativa que indica as situações nas quais serão aplicadas medidas de proteção para crianças e adolescentes, conforme prevê o art. 98 da Lei nº 8.069/1990:
- Por ação ou omissão da sociedade ou do Estado; por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável; em razão de sua conduta.
  - Por decisão da sociedade; por falta grave cometida no espaço escolar; por negligência da família substituta.
  - Por solicitação de delegacias especializadas; em casos de orfandade para garantir o acolhimento institucional permanente do menor.
  - Por omissão do poder público na oferta de políticas de proteção; por omissão da família na proteção social especial.
  - Por decisão judicial sempre que as famílias substitutas estiverem sobrecarregadas com crianças vítimas de violência sexual e; por sobrecarga das famílias substitutas.

- 12.** A Lei nº 8.069 sofreu alteração visando aprimorar o combate à produção, venda e distribuição de pornografia infantil, bem como criminalizar a aquisição e a posse desse material e outras condutas relacionadas à pedofilia na internet. Marque a alternativa que indica formas desse crime expressas na Lei:
- I. Oferecer, trocar, disponibilizar, transmitir, distribuir, publicar ou divulgar, por qualquer meio, inclusive por meio de sistema de informática ou telemático, fotografia, vídeo ou outro registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente.
  - II. Vender, fornecer, servir, ministrar ou entregar, de qualquer forma, a criança ou a adolescente, bebida alcoólica ou, sem justa causa, outros produtos cujos componentes possam causar dependência física, psíquica e afetiva.
  - III. Submeter criança ou adolescente, como tais definidos na Lei nº 8.069/1990, à prostituição ou exploração sexual em troca de benefícios materiais.
  - IV. Adquirir, possuir ou armazenar, por qualquer meio, fotografia, vídeo ou outra forma de registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente.
- a) Somente I e III estão corretas.
  - b) Somente I e II estão corretas.
  - c) Somente II e III estão corretas.
  - d) Somente III e IV estão corretas.
  - e) Somente I e IV estão corretas.
- 13.** A posse ou armazenamento de material fotográfico, audiovisual ou outro que contenha sexo explícito ou pornografia envolvendo criança ou adolescente não se configura crime quando tem a finalidade de comunicar às autoridades competentes a ocorrência das condutas descritas nos arts. 240, 241, 241-A e 241-C da Lei nº 8.069/1990. Nesse caso, a quem cabe manter a posse de tais materiais, segundo o texto da Lei?
- I. Testemunhas das situações de violência/violação de direitos.
  - II. Familiares ou responsáveis pela vítima que tenham acompanhado a situação desde a sua origem e possam fornecer detalhes para a perícia.
  - III. Membro de entidade, legalmente constituída, que inclua, entre suas finalidades institucionais, o recebimento, o processamento e o encaminhamento de notícia dos crimes referidos.
  - IV. Agente público no exercício de suas funções.
- a) Somente II e III estão corretas.
  - b) Somente I e IV estão corretas.
  - c) Somente III e IV estão corretas.
  - d) Somente II e IV estão corretas.
  - e) Somente I e III estão corretas.
- 14.** Em 2014, a redação do Estatuto da Criança e do Adolescente foi alterada visando afirmar os direitos de crianças e adolescentes de receberem educação e cuidados sem o uso de castigos físicos e de tratamento cruel ou degradante. Trata-se de uma conquista obtida com a:
- a) Lei nº 13.431/2019 – Lei Miguel Otávio.
  - b) Lei nº 14.344/2022 – Lei Henry Borel.
  - c) Lei nº 13.257/2016 – Lei Isabella Nardoni.
  - d) Lei nº 13.010/14 - Lei do Menino Bernardo.
  - e) Lei nº 9.970/2000 – Caso Araceli.
- 15.** A Lei nº 13.431/2017 normatiza e organiza o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e cria mecanismos para prevenir e coibir a violência. Nessa perspectiva, a metodologia do depoimento sem dano ou depoimento especial deve ser adotada para evitar a revitimização da criança ou adolescente a ser ouvida. Sobre o depoimento especial, é correto afirmar que:
- I. A criança ou o adolescente vítima ou testemunha de violência tem direito a pleitear, por meio de seu representante legal, medidas protetivas contra o autor da violência.
  - II. É o procedimento de oitiva de criança ou adolescente vítima ou testemunha de violência perante autoridade policial ou judiciária.
  - III. Não será admitida a tomada de novo depoimento especial, salvo quando justificada a sua imprescindibilidade pela autoridade competente e houver a concordância da vítima ou da testemunha, ou de seu representante legal.
  - IV. A criança ou o adolescente serão resguardados e protegidos de sofrimento, com direito a apoio, planejamento de sua participação, prioridade na tramitação do processo, celeridade processual, idoneidade do atendimento e limitação das intervenções
- a) Somente II e III estão corretas.
  - b) Somente I e II estão corretas.
  - c) Somente I e III estão corretas.
  - d) Somente III e IV estão corretas.
  - e) Somente II e IV estão corretas.
- 16.** Conforme orienta o art. 139 do Estatuto da Criança e do Adolescente, o processo de escolha de Conselheiros Tutelares deve ser estabelecido por lei municipal, sob a responsabilidade do seguinte órgão:
- a) Secretaria Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.
  - b) Conselho Tutelar.
  - c) Promotoria da Infância e Adolescência.
  - d) Juizado da Infância e da Adolescência do Termo Judiciário.
  - e) Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

- 17.** Entre as alternativas abaixo, assinale aquela que corresponde especificamente à lei que cria mecanismos de prevenção e enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente:
- Lei do menino Bernardo – nº 13.010/2014.
  - Lei da primeira infância – nº 13.257/2016.
  - Lei da escuta especializada – nº 13.431/2017.
  - Lei Henry Borel – nº 14.344/2022.
  - Lei de Proteção Integral à Criança e ao Adolescente – nº 8.069/1990.
- 18.** Conforme o art. 133 do ECA, são critérios exigidos para a candidatura a membro do Conselho Tutelar:
- Reconhecida idoneidade moral.
  - Residir no município.
  - Idade superior a vinte e cinco anos.
  - Possuir curso superior.
- Somente I e II estão corretas.
  - Somente II e III estão corretas.
  - Somente I e III estão corretas.
  - Somente II e IV estão corretas.
  - Somente I e IV estão corretas.
- 19.** O Marco Legal da Primeira Infância, instituído pela Lei nº 13.257/2016, promoveu mudanças significativas e benéficas para as crianças com a atualização do Estatuto da Criança e do Adolescente, do Código de Processo Penal e da Consolidação das Leis do Trabalho, entre outras. Com base no exposto, marque a alternativa que indica uma das mudanças promovidas por essa Lei:
- Possibilidade de extensão da licença-paternidade em 05 dias, além dos previstos na CLT.
  - Possibilidade de prorrogação da licença-paternidade por 20 (vinte) dias, conforme previsto na CLT.
  - Possibilidade de ampliação da licença-paternidade por 15 (quinze) dias, para todas as categorias de trabalhadores, conforme a CLT.
  - Possibilidade de prorrogação da licença-paternidade por 20 (vinte) dias, para todas as categorias de trabalhadores, conforme a CLT.
  - Possibilidade de extensão da licença-paternidade em mais 15 (quinze) dias, além dos 05 previstos na CLT.
- 20.** Quanto ao horário de funcionamento do Conselho Tutelar, é correto afirmar que:
- O Conselho Tutelar tem autonomia para definir.
  - O horário de funcionamento está definido no ECA.
  - Cabe à Secretaria de Assistência Social estabelecer o horário.
  - Uma lei municipal ou distrital deverá dispor sobre o assunto.
  - O Conselho tutelar funcionará em regime de plantão.
- 21.** Aos adolescentes que cometerem ato infracional serão aplicadas medidas socioeducativas por autoridade competente. Indique a alternativa que contempla algumas dessas medidas:
- Liberdade provisória, acompanhamento educacional e semiliberdade.
  - Prestação de serviço à comunidade, advertência e obrigação de reparar o dano.
  - Conduta ilegal reparatória, regime de urgência e liberdade assistida.
  - Acolhimento institucional, reparação do dano e liberdade provisória.
  - Internação, advertência provisória e semiliberdade.
- 22.** O procedimento de entrevista sobre situação de violência com criança ou adolescente perante órgão da rede de proteção, no qual será relatado o estritamente necessário ao cumprimento de sua finalidade, de acordo com o art. 7º da Lei nº 13.431/2017, é chamado de:
- Atendimento psicossocial.
  - Escuta psicossocial.
  - Depoimento especializado.
  - Acolhimento institucional.
  - Escuta especializada.
- 23.** Segundo registros dos Cartórios de Registro Civil do Maranhão, aproximadamente 146 crianças de até 06 anos ficaram órfãs em decorrência da pandemia da covid-19. Assinale a alternativa que nomeia o valor de R\$500,00 a ser pago mensalmente a crianças e adolescentes órfãs bilaterais no Estado do Maranhão, até que atinjam 21 anos.
- Auxílio Brasil.
  - Auxílio Orfandade.
  - Auxílio Cuidar.
  - Auxílio Família.
  - Auxílio Emergencial.
- 24.** No ano de 2020, no interior de São Paulo, uma mãe perdeu a guarda da filha de 12 anos após o Conselho Tutelar receber denúncia falsa da avó da menina de que esta sofria maus-tratos e abuso sexual no terreiro de candomblé que frequentavam. Se considerados os artigos 15 e 16 da Lei nº 8.069/1990, quais direitos dessa menina foram violados?
- Participação na vida da comunidade local.
  - Crença e culto religioso.
  - Direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas.
  - Respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.
- Somente III e IV estão corretas.
  - Somente I e II estão corretas.
  - Somente I e III estão corretas.
  - Somente II e IV estão corretas.
  - Somente II e III estão corretas.

**25.** A alienação parental é um comportamento que fere direitos essenciais previstos na Lei nº 8.069/1990, classificada como violência psicológica cometida contra crianças e adolescentes segundo o art. 4º da Lei, que se caracteriza como:

- a) Interferência que motive o repúdio ou prejuízo ao vínculo com pai ou mãe, promovida ou induzida por um dos genitores, avós ou pessoas que os tenha sob sua autoridade, guarda ou vigilância.
- b) Atitude de não comunicar a existência de compromissos escolares da criança ou adolescente ao pai ou mãe que lhes receberá para convívio regular acordado previamente.
- c) Não comunicar o outro genitor da existência de compromissos escolares do filho, quando ambos possuem as mesmas formas de comunicação com a escola.
- d) Resistir à entrega dos filhos a terceiros no dia previsto para convívio, em razão de não comunicação prévia do responsável por buscá-los, conforme acordo firmado.
- e) Impedir que a criança ou adolescente se dirija à casa do genitor que não detém a guarda quando estiver doente ou indisposto, observando sempre o melhor interesse destas.

**26.** A Lei nº 13.431/2017 altera o Estatuto da Criança e do Adolescente e define, em seu texto, a violência sexual contra crianças e adolescentes como:

- a) Expor a criança ou o adolescente, direta ou indiretamente, a crime violento contra membro de sua família ou de sua rede de apoio, independentemente do ambiente em que tenha sido cometido o crime, particularmente, quando isto a torna testemunha.
- b) Violência entendida como a ação causada à criança ou ao adolescente que ofenda sua integridade física, sua saúde corporal e lhe cause sofrimento físico.
- c) Conduta de discriminação, depreciação ou desrespeito em relação à criança ou ao adolescente mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, agressão verbal e xingamento que comprometa seu desenvolvimento psíquico ou emocional.
- d) Qualquer conduta que constranja crianças e adolescentes a praticar ou presenciar conjunção carnal ou outro ato libidinoso, inclusa a exposição do corpo em fotos, vídeos ou meio eletrônico.
- e) Violência institucionalizada que gera revitimização, que configure subtração ou violação de direitos devidos a crianças e adolescentes.

**27.** Às mulheres gestantes ou com crianças na primeira infância que se encontrem em privação de liberdade o Marco Legal da Primeira Infância prevê garantias. Assinale a alternativa que contempla algumas delas.

- a) O Estado cumprirá o seu dever punitivo de fazer executar a pena, prevalecendo a lei no processo da privação de liberdade da mulher, ainda que afete os direitos da criança.
- b) Ambiência que atenda às normas sanitárias e assistenciais do SUS para o acolhimento da filha ou do filho, em articulação com o sistema de ensino competente, visando ao desenvolvimento integral da criança.
- c) Acompanhamento médico somente no pré-natal, haja vista o impedimento de sair da unidade para acompanhamento da mulher no pós-parto, bem como da criança.
- d) Suspensão do uso de algemas somente no momento da amamentação e dos cuidados com o bebê, instalação em dormitório coletivo somente para puérperas.
- e) Àquela que desejar entregar sua criança para adoção será providenciada uma avaliação psicológica e social para averiguar a capacidade de tomar a decisão.

**28.** O Estatuto da Criança e do Adolescente prevê que a adoção seja uma medida de caráter excepcional e irrevogável, aplicada apenas quando os recursos de manutenção da criança ou adolescente na família natural ou extensa foram esgotados (Lei nº 8.069/1990, art. 39, § 1º). Assinale a alternativa que indica a situação na qual a adoção será vedada:

- a) Quando envolver criança ou adolescente com deficiência ou doença crônica.
- b) Quando a pessoa adotante for maior de 18 anos.
- c) Quando as pessoas adotantes formarem um casal homoafetivo.
- d) Quando, no processo de adoção, uma das partes falecer antes de divulgada a sentença.
- e) Quando realizada por procuração.

**29.** A garantia de prioridade absoluta, prevista no art. 4º da Lei nº 8.069/1990, compreende:

- I. Destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.
- II. Primazia nas providências de escolarização e profissionalização.
- III. Preferência nas ações de enfrentamento à negligência, violência e discriminação.
- IV. Precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública.
  - a) Somente I e IV estão corretas.
  - b) Somente I e II estão corretas.
  - c) Somente II e III estão corretas.
  - d) Somente III e IV estão corretas.
  - e) Somente II e IV estão corretas.

- 30.** Ao alterar o Estatuto da Criança e do Adolescente acrescentando o art. 8-A, a Lei nº 13.798/2019 instituiu a Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência visando disseminar informações sobre medidas preventivas e educativas voltadas à redução da incidência de gravidez na adolescência. De acordo com a Lei, ela deve ser realizada anualmente:
- Na semana que incluir o dia 18 de maio.
  - Na última semana do mês de janeiro.
  - Na semana que incluir o dia 1º de fevereiro.
  - Na primeira semana do mês de março.
  - Na semana que incluir o dia 03 de janeiro.
- 31.** Ao conjunto ordenado de princípios, regras e critérios que envolvem a execução de medidas socioeducativas, incluindo-se nele os sistemas estaduais, distrital e municipais, bem como todos os planos, políticas e programas específicos de atendimento a adolescente em conflito com a lei, denomina-se:
- Sistema Nacional de Assistência Social.
  - Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo.
  - Sistema Nacional de Atendimento Assistencial.
  - Sistema Nacional de Assistência Socioeducativa.
  - Sistema Nacional de Medidas Socioeducativas.
- 32.** A expressão “pátrio poder” deixou de ser utilizada no Estatuto da Criança e do Adolescente, a partir das alterações promovidas pela Lei nº 12.010/2009. Passou a ser utilizada a expressão:
- Poder maternal solidário.
  - Poder materno.
  - Poder solidário familiar.
  - Poder familiar.
  - Poder paternal familiar.
- 33.** A “família extensa” terá preferência no acolhimento familiar de criança ou adolescente que, por qualquer razão, não possa permanecer – ainda que temporariamente –, na companhia de sua família natural. Por família extensa entende-se, segundo art. 25, parágrafo único, da Lei nº 8.069/1990:
- Família que se estende para além da unidade pais e filhos ou da unidade do casal.
  - Família formada por parentes próximos com os quais a criança ou o adolescente convive e mantém vínculos de afinidade e afetividade.
  - Família ampliada que envolve pessoas que tenham algum grau de parentesco com a criança ou o adolescente, por laços de sangue com seus pais
  - Pessoas que tenham relação de parentesco com a criança ou o adolescente e aceitem recebê-las tornando-se responsáveis pela sua guarda.
- Somente I e II estão corretas.
  - Somente I e IV estão corretas.
  - Somente II e III estão corretas.
  - Somente II e IV estão corretas.
  - Somente III e IV estão corretas.
- 34.** Indique a alternativa que registra a data da próxima eleição unificada para membros do Conselho Tutelar e a data de posse das pessoas eleitas.
- Eleição em 10 de outubro de 2023 e posse em 1º de janeiro de 2024.
  - Eleição em 10 de outubro de 2023 e posse em 31 de dezembro de 2023.
  - Eleição em 1º de outubro de 2023 e posse em 10 de janeiro de 2024.
  - Eleição em 1º de outubro de 2023 e posse em 1º de janeiro de 2024.
  - Eleição em 31 de outubro de 2023 e posse em 1º de dezembro de 2023.
- 35.** A colocação de criança ou adolescente em família substituta se constitui numa forma de assegurar o exercício do direito fundamental à convivência familiar, quando não for possível a permanência da criança ou do adolescente em sua família natural. (Art. 165, Lei nº 8.069/1990). Nas alternativas abaixo, indique os requisitos para a concessão de pedidos de colocação em família substituta:
- Nome, estado civil, profissão e residência do requerente e do requerido.
  - Exposição sumária do fato e o pedido.
  - Qualificação completa do requerente e de seu possível cônjuge, ou companheiro, com expressa anuência deste.
  - Indicação do cartório onde foi inscrito o nascimento, anexando, se possível, uma cópia da respectiva certidão.
- Somente II e IV estão corretas.
  - Somente II e III estão corretas.
  - Somente I e II estão corretas.
  - Somente I e III estão corretas.
  - Somente III e IV estão corretas.
- 36.** O art. 121 do Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece que a medida de internação (medida privativa da liberdade) está sujeita aos seguintes princípios:
- Igualdade, liberdade e solidariedade e condição socioeconômica.
  - Brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.
  - Brevidade, longevidade, sociabilidade e respeito às diferenças socioculturais.
  - Excepcionalidade, igualdade e autoridade das instituições que executam a socioeducação.
  - Defesa de direitos, equidade e dignidade da pessoa humana.

37. Segundo a Lei 8.069/1990, em nenhuma hipótese, o período máximo de internação excederá:
- Quatro anos.
  - Cinco anos.
  - Dois anos.
  - Três anos.
  - Seis anos.
38. A Lei 13.257/2016, que dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância, prevê, no art. 20, parágrafo 2º, que as unidades de terapia intensiva neonatal deverão dispor de:
- Suporte psicossocial para as mães que não conseguem amamentar.
  - Mães substitutas para amamentação de recém-nascidos.
  - Banco de leite humano ou unidade de coleta de leite humano.
  - Equipes da Justiça da Infância e Juventude em regime de plantão.
  - Acesso privilegiado a membros do Conselho Tutelar.
39. De acordo com o art. 10, do Estatuto da Criança e do Adolescente, entre as obrigações previstas para os hospitais e demais estabelecimentos de saúde de gestantes – públicos e particulares –, está a de manter registro das atividades desenvolvidas, por meio de prontuários individuais, pelo prazo de:
- 18 anos.
  - 15 anos.
  - 20 anos.
  - 10 anos.
  - 05 anos.
40. Marido e mulher, ascendentes e descendentes, sogro e genro ou nora, irmãos, cunhados, durante o cunhadio, tio e sobrinho, padrasto ou madrasta e enteado estão impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar, segundo a:
- Lei 12.594/2012.
  - Lei 8.069/1990.
  - Lei 13.798/2019.
  - Lei 13.431/2017.
  - Lei 13.812/2019.